O Ato Institucional número 5 e o fechamento do Congresso Nacional em 1968

MARCELO LINHARES (*)

1 Antecedentes da Revolução de 1964

A Revolução de 1964 teve a sua gênese tanto no golpe militar de 1945, quanto na Constituição de 1946.

Voltemos o *gravador* da história para sumariar o que ocorreu.

A elite militar que participara da Força Expedicionária Brasileira (FEB), lutando ao lado das forças democráticas contra o totalitarismo nos campos da Itália, ao regressar ao Brasil não se conformava em aceitar um governo ditatorial.

O Estado Novo - nome dado pelo Presidente Vargas ao regime implantado pela Constituição de 1937 - tinha como espinha dorsal as Forças Armadas e face ao inconformismo dos militares que estavam regressando, sofreu fraturas deixando de ser um bloco monolítico.

Já nos campos de batalha se fazia sentir a divisão. Robert A. Hayes nos dá conta:

> "A FEB revelou eficiência na frente de combate da Itália. Entretanto, mesmo durante o período de combates mais encarniçados, constituía uma fonte de problemas a existência de duas facções - uma de partidários de Vargas e outra, majoritária, favorável aos aliados". [1]

Juarez Távora, em suas memórias, tambem informa:

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

[1] Robert A . Hayes, in *A Nação Armada - A Mística Militar Brasileira*. Ed. Bibliex, p. 176.

> "Era, então flagrante contradição entre o ambiente autocrático, em que permanecia o governo brasileiro, e os ideais democráticos, já quase vitoriosos, por que se batiam nossos soldados expedicionários, na Europa". [2]

Em 8 de maio de 1945 cessam todas as hostilidades na guerra européia: era o Dia da Vitória.

Em 26 de junho é assinada a Carta das Nações Unidas.

O Primeiro Escalão da *Força Expedicionária Brasileira*, em 18 de julho, desembarca no Rio de Janeiro. Eram 4.931 homens, que vieram a bordo do **General Meigs** - navio transporte americano - componentes dos que haviam chegado a Nápoles há exatamente um ano.

O desfile pela Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, foi a **Parada da Vitória**, a que assistiram os generais Mark Clark, J. C. Ord. Willis Crittemberg e Donald Brand, como convidados de honra. A 10ª. Divisão de Montanha norte-americana, representada por um pelotão, desfilou junto com os brasileiros.

Um dos heróis da FEB, participante do desfile, assim descreveu o que se passou:

> "A multidão que se amontoava ao longo da Avenida era assustadora. Até a esquina da Avenida Presidente Vargas conseguimos desfilar no dispositivo com que tínhamos partido. A partir daí, o dispositivo começou a ser comprimido a tal ponto que, quando atingimos a Rua do Ouvidor, já estávamos em coluna por um. O povo, em contato direto com os soldados, arrancava os botões de nossos uniformes e os adornos das fardas, à guisa de recordações.
>
> "O tempo era o melhor possível: céu azul, sol radiante, temperatura amena, tudo concorria para tornar o espetáculo inesquecível". [3]

Todos sentiam que se caminhava para o fim da ditadura Vargas.

---

[2] Juarez Távora, in: *Uma Vida de Muitas Lutas - Memórias*, 2º. vol., Rio: Ed. José Olympio, 1974, p. 177.

[3] Ernani Airosa da Silva, in: *Memórias de Um Soldado*, Ed. Bibliex, pp. 89/90.

Em 29 de outubro de 1945, Getúlio renuncia e o Governo foi entregue ao Ministro José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

As eleições já haviam sido marcadas para 2 de dezembro de 1945 e os parlamentares - deputados e senadores a serem eleitos - teriam poderes ilimitados e constituintes.

Efetivamente uma etapa da vida política brasileira foi cumprida. O Presidente Linhares soube conduzir o processo eleitoral de tal maneira que todos afirmavam haverem sido as eleições mais livres e honestas que haviam sido feitas no Brasil.

A ditadura brasileira e o totalitarismo mundial que acabavam de ser derrotados eram eivados de excesso de Poder. A Constituição de 1946 traduziu em inúmeros conceitos, dela constantes, o amor à liberdade do povo brasileiro, tornando, por vezes, difícil o exercício da presidência pelo Poder Executivo.

No fim da década de 40 e nos anos 50 altos índices de migração rural foram provocados pela diferença salarial entre o campo e a cidade. A conseqüência foi a transferência das decisões político-eleitorais para os centros urbanos. Habituados a acompanhar sempre a opinião do senhor rural, a nova classe operária passou a ser massa de manobras para políticos populistas, quase sempre irresponsáveis e inconseqüentes.

Essa migração foi de grande inquietação para o povo brasileiro durante os anos 50. Basta ser mencionado o suicídio de Vargas e a deposição de Café Filho, apesar de termos vivido anos de grande desenvolvimento e dinamismo com o governo Juscelino.

No início da década de 60, em virtude de uma insatisfação contra o capital estrangeiro e os países desenvolvidos, notadamente os Estados Unidos, a campanha nacionalista dos anos 50 sofreu uma distensão. Uma massa de inconformados passou a freqüentar as ruas acionada por determinada imprensa, pelas organizações trabalhistas e ativistas de esquerda que tinham intensa participação na orientação do operariado em seu comportamento político.

Jânio Quadros vai eleito munido de uma vitória com um quociente até então nunca obtido por um Presidente, todavia sem deter maioria no Congresso Nacional. Após sete meses de um conturbado Governo renuncia em 24 de agosto de 1961, sem declarar qual o motivo específico que o levara a tal atitude.

Mais difícil ficou a situação brasileira e quase à beira de uma conturbação maior. Assume a Presidência da República o vice João Goulart, em regime parlamentarista.

As eleições gerais de 1962 fizeram com que os parlamentares brasileiros, anteriormente concentrados no PSD e UDN, passassem a se dispersar em diferentes partidos, ampliando a instabilidade política e por isso as articulações de coalizões tornaram-se extremamente difíceis.

Ta qual o seu antecessor, Goulart sempre admitiu a impossibilidade de exercer o governo com a Constituição de 1946. Não detendo, porém, uma sólida maioria parlamentar voltou-se para as camadas populares, além de procurar ampliar a sua base no Congresso Nacional. Não conseguindo criar uma maioria congressual que lhe viesse a permitir alterar a Constituição Federal, João Goulart amplia ligações com os sindicatos, estudantes e outras associações, visando a que exercessem pressão sobre o Parlamento, para tal fim.

O Congresso, por sua parte, tendo em vista o seu fracionamento interno, não lograva impor a sua vontade ao Executivo, o que o torna inativo em termos de decisões às iniciativas do Executivo, produzindo um vácuo de poder. Dessa maneira, desde que em política não existe espaço vazio - pois quando ocorre é sempre ocupado por alguém - a lacuna foi logo preenchida, de um lado pelas corporações civis e, de outro, pelos grupos militares.

Estes, preocupados com o rumo que a Nação estava tomando, passaram a intrometer-se no processo político, com preparativos no campo militar, convencidos de que João Goulart não agia de boa fé, pois achava-se envolvido pela esquerda radical.

Todos sentiam que o confronto seria inevitável.

2 O Ano de 1964: a Revolução em Marcha

O ano iniciou-se com todas essas efervescências em marcha.

As greves sucediam-se nas fábricas. Nos quartéis, os sargentos levantavam-se contra os seus comandantes. Contavam com o apoio ostensivo do Presidente da República, que dava a impressão de patrocinar a quebra da disciplina militar e da hierarquia nas Forças Armadas.

As esquerdas brasileiras julgavam-se tão fortes a ponto de até desafiarem não só a Nação, nas até a superstição popular de uma sexta-feira 13, marcando tal data para um comício pró-reformas.

Goulart compareceu acompanhado da Primeira-Dama que despontava de beleza no palanque presidencial. Numa atitude inesperada, pois o seu pronunciamento havia sido previamente preparado, o Presidente, durante 64 minutos, falou de improviso defendendo as teses mais ousadas.

Na mesma noite, em São Paulo, as senhoras paulistanas incentivavam os maridos à reação, rezando nas escadarias da Catedral, invectivando a ameaça comunista no Brasil.

No dia 20 de março, o Chefe do Estado Maior do Exército, general Humberto de Alencar Castello Branco, conhecido como apolítico e legalista, sacode a Nação com a famosa Circular-Reservada causadora de um grande impacto, não só pela seriedade do conteúdo como, e principalmente, pela evidência de que a reação militar tinha um chefe.

Na noite do dia 30, o Presidente Goulart compareceu ao Automóvel Clube do Brasil, acompanhado de quase todo o seu ministério, para receber as homenagens da Associação Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar, que comemorava o seu 40°. aniversário.

Abelardo Jurema, Ministro da Justiça, que estava ao lado de Goulart, comenta:

> "Naquela noite, como na sexta-feira 13, o Presidente estava entregue ao seu próprio destino e à sua vocação. Era todo povo e todo Força Armada. Eis porque a última aparição pública de Jango mostrou a quantos o viram, quer pela televisão quer pessoalmente, a imagem de um homem acossado e assustado, mas ameaçador e feroz".[4]

O discurso de Goulart, a 30 de março, foi o começo do fim. Os chefes militares consideraram que transigir mais com a posição ostensiva do Presidente seria decretar a morte da democracia.

Conscientemente João Goulart marchou para o sacrifício. Não recuou um passo.

[4] Abelardo Jurema, in *Sexta-Feira 13 - Os Últimos Dias do Governo Goulart*, p. 175.

Carlos Castelo Branco, comentando os incidentes militares anteriores - 1945, 1954, 1955 e 1961 - em que as Forças Armadas se fizeram presentes, diz:

> "Em todos esses episódios, é fácil verificar que erros políticos desfecharam as crises militares, cuja decisão ocorreu sempre o sentido da prevalência das inspirações legalistas e democráticas, bem ou mal interpretadas. Os grupos que decidem, de um lado ou de outro, são as minorias dirigentes e o poder de decisão decorre da conquista da grande massa de oficiais, quando traumatizadas por acontecimentos que indicam que um dos lados quebrou a regra do jogo. O episódio da Marinha, com o climax da ofensiva desencadeada na sexta-feira 13 de março, não deixou dúvida de que o senhor João Goulart havia quebrado a regra do jogo".[5]

Era a Revolução, que se presumia árdua e longa. Em 48 horas, entretanto, tudo estava terminado.

Josué Montello, com o brilho costumeiro que põe em tudo quanto escreve, examinando a situação com a perspectiva de 27 anos decorridos, nos dá conta:

> "Em 1964, quando os militares alcançam o poder, num movimento que contou igualmente com a participação civil, são eles que efetivamente o exercem, no plano nacional, e nisto influe a Escola Superior de Guerra, que os preparou para essa liderança. Obedecendo a uma concepção de governo forte. Com o aparato dos instrumentos que julgavam eficazes. E irá assim até 1985, quando o poder militar, já exaurido como vontade política, fecha o seu ciclo fugaz".[6]

As Forças Armadas deixam de assumir a sua costumeira posição de **poder moderador** para exercerem o **poder de fato.**

> "O Parlamento continuará funcionando. Será uma janela entreaberta por onde entrará a luz da democracia".[7]

---

[5] Carlos Castelo Branco, in: *Introdução à Revolução de 1964 - 1º. Tomo*, p. 304.

[6] Josué Montello, in: "Memórias de um Político Militar", no *Jornal do Brasil* de 11 de junho de 1991, 1º. caderno, p. 11.

[7] Marcelo Linhares, in: *Castello Branco: Isto é Verdade*, Fortaleza: Editora ABC, 1999, pág. 46.

3 Período Revolucionário

Vencedores os militares criaram, imediatamente, um **triunvirato** que se intitulou de **Supremo Comando da Revolução**, cujo chefe era o general Artur da Costa e Silva. Integrava-o os Ministros da Marinha e da Aeronáutica.

Na madrugada do dia 2 de abril de 1964, o senador Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, investiu, na Presidência da República, o deputado Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos do art.79, da Constituição Federal, declarando, ao ensejo, a vacância do cargo por ter deixado a Nação o Presidente João Goulart.

O Brasil tinha, naquela hora, três governos: Goulart, ainda no Rio Grande do Sul, Mazzilli, empossado pelo Congresso Nacional e o Supremo Comando da Revolução.

A insatisfação dos partidários do governo deposto se fazia sentir através dos pronunciamentos na Câmara dos Deputados, como se poderá inferir pela leitura das atas das sessões dos dias 2, 3 e 6 de abril. Preciso era a escolha de alguém detentor de condições de poder, capaz de ser eleito para o cumprimento do restante do mandato presidencial, antes que a cobiça e ambição pudessem conduzir a Nação a uma ditadura, por ninguém desejada.

Começaram a surgir candidatos ao cargo.

Em São Paulo, o general Amaury Kruel era lançado pelo PTB. Desejando voltar ao Poder, o PSD passa a articular-se em torno do general Eurico Gaspar Dutra, ex-Presidente da República. O general Costa e Silva era adepto de um nome civil.[8]

Uma figura que inspirasse respeito às Forças Armadas e tivesse livre trânsito na área civil era o que se fazia necessário. Surgiu o nome do general Humberto de Alencar Castello Branco que passou a ganhar corpo não só entre os militares mas, e principalmente, na sociedade civil. Os Clubes Militar e Naval deram declarações de apoio ao seu nome. O general Dutra, em *Manifesto de 9 de abril*,

[8] Jayme Portella de Mello, in: *A Revolução e o Governo Costa e Silva*, p. 184.

retira-se do pleito e desliga os parlamentares e amigos com ele comprometidos. No dia imediato, em carta a Castello Branco, presta-lhe o seu apoio.[9]

Ainda no dia 9 de abril os três Ministros Militares editaram o Ato Institucional, em solenidade no Ministério da Guerra.

O Diário Oficial da União, já no dia imediato, enumera os quarenta membros do Congresso Nacional que tiveram os seus mandatos políticos cassados pelo referido Ato Institucional.

No dia 11 de abril o Congresso Nacional, em sessão conjunta, elege Castello Branco, por 361 votos, para Presidente da República com mandato até 31 de janeiro de 1966. Na mesma sessão, em segundo escrutínio, José Maria Alkmim foi eleito Vice-Presidente por 256 votos.

Na sessão de 17 de julho, mais uma vez, o Congresso Nacional é chamado a se pronunciar e prorroga os mandatos de Presidente e Vice-Presidente da República para 15 de março de 1967. Por um dever de justiça é preciso dizer que Castello Branco, em carta dirigida ao senador Daniel Krieger, mostrou-se contrário à prorrogação. [10]

Com três Atos Institucionais baixados e mais uma nova Constituição promulgada pelo Congresso Nacional, o Presidente Castello Branco entrega o Poder ao general Artur da Costa e Silva.

Admitiam todos, inclusive os parlamentares, haver o País entrado na normalidade, pois a imprensa era livre e Costa e Silva iniciara o mandato prometendo *humanizar* a Revolução.

Começaram, em São Paulo, as ações de guerrilha urbana, sob o comando de Carlos Marighela que, retornando de Cuba onde participara da Conferência da OLAS, rompera com Prestes.

Era o início das ações armadas no Brasil.

Os estudantes, através de seu órgão de classe, a UNE, vão para as ruas protestar. A pressão policial levou-os a operar na clandestinidade.

---

[9] Luís Viana Filho, in *O Governo Castello Branco*, ed. José Olympio, Rio, 1975, p. 53.

[10] Marcelo Linhares, in *Governo Castello Branco: Isto é Verdade*, Fortaleza: Ed. ABC, 1999, Apêndice III, pp. 185/186.

O confronto foi intensificado. Em fevereiro foi lançada uma bomba contra o consulado americano em São Paulo. Em abril de 1968 metalúrgicos de Contagem, cidade industrial de Minas Gerais, ocuparam a fábrica em que trabalhavam, num movimento não só ousado como duvidoso.

As manifestações estudantis nas ruas culminam com a chamada *Passeata dos 100 mil*, em junho, no Rio de Janeiro. No mesmo mês foi lançado um carro-bomba contra o quartel-general do II Exército, em São Paulo, matando o soldado Mário Kozell Filho e ferindo outros. Ainda no mês de junho o Hospital Militar de Cambuci, em São Paulo, é assaltado e dele são roubados fuzis e o sentinela é estripado. No mês de julho o major alemão Maximilian Westernhagen, – confundido com o capitão boliviano Gary Prado, que prendera Guevara e era suspeito de o haver executado –, aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército foi assassinado. No mês de outubro é assassinado o capitão americano Charles Chandler na presença de sua esposa e de seu filho de 9 anos.

No mês de junho eclodiu a greve de Osasco, de natureza tipicamente política. A polícia interveio e o compromisso de *humanização* de Costa e Silva começou a ser esquecido.

Chegamos a 3 de setembro de 1968 e, da tribuna da Câmara, Márcio Moreira Alves, então Deputado, pronuncia discurso tachado pelos colegas de *inconveniente, de mau gosto e sem qualquer expressão*, propondo que os pais protestassem contra o Regime Militar impedindo que os filhos desfilassem na parada de 7 de Setembro e que as mulheres brasileiras não aceitassem convite para sair ou dançar com rapazes que fossem militares.

Em discurso do dia 12 de dezembro, Márcio nega haver tido a intenção de injuriar as Forças Armadas. Entretanto, no livro de sua autoria - *O Despertar da Revolução Brasileira* [11] - afirma:

> "... Todas as minhas atividades parlamentares haviam sido uma longa e concatenada provocação ...".

Em outra parte do mesmo livro, acrescenta:

[11] Márcio Moreira Alves, in: *O Despertar da Revolução Brasileira*, Lisboa: Ed. Seara Nova, 1974, pp. 29 a 33.

> "... considerávamos nosso dever provocar um embate do qual ou as instituições liberais saíssem fortalecidas – uma improvável vitória tática – ou desapareceriam definitivamente".

E diz mais:

> "... que enquanto houvesse liberdade, ou pelo menos uma parcela grande de liberdade, a massa popular não se estimularia a voltar-se e combater o Governo. Era preciso fazer com que toda a liberdade fosse eliminada".

No dia 9 de setembro, através do Ministério da Justiça, o Governo pediu autorização para processar o deputado Moreira Alves.

Logo no dia 11 de setembro, o Supremo Tribunal Federal recebeu a denúncia com a representação do Procurador Geral da República, Décio Miranda, acompanhada dos ofícios dos Ministros das três Pastas Militares, aprovado pelo Presidente Costa e Silva., invocando o artigo 151 da Constituição Federal de 1967, que trata do abuso dos Direitos Individuais.

No dia 31 de outubro de 1968, o Supremo Tribunal Federal modificou o Regimento Interno, transferindo para a Câmara dos Deputados responsabilidade para processar Márcio Moreira Alves. Necessário tornou-se ter de ser votado por ela esse pedido.

Jarbas Passarinho – militar já na reserva, senador da República e Ministro de Estado – quando procurado por parlamentares defendia a tese de que deveriam fazer a concessão da licença, explicando que não estariam cassando um colega e sim, concedendo apenas a autorização para processá-lo, acreditando que o Supremo Tribunal Federal iria recusar o processo.[12]

Na área política, liberais como Daniel Krieger, Djalma Marinho e outros não concordavam em dar a licença para o processo, porque o direito à imunidade, no texto constitucional, era absoluto. Estava à tona a discussão: a liberdade do uso da Tribuna Parlamentar.

Djalma Marinho foi convidado para uma conversa particular com o Presidente da República. Na ocasião o deputado, após a exposição feita pelo Presidente, sugeriu o adiamento para março da

[12] Marcelo Linhares, in: *Virgílio Távora: Sua Época*, edição UFC, 1996, p. 337.

solução do problema. Costa e Silva disse que o *clima* nas Forças Armadas não permitia o retardamento sugerido.

Djalma - um dos homens mais puros dentre os que militavam no Congresso Nacional - disse que, como membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, não poderia dar parecer favorável mas, como político, poderia até votar favoravelmente no Plenário. Na Comissão, a sua consciência jurídica não lhe permitiria tal atitude. Foram mudados nove membros da Comissão que, segundo levantamento feito, votariam contra. O *Parecer* do deputado Lauro Leitão, favorável, foi aprovado por um voto de maioria.

Djalma Marinho, em vibrante discurso, renuncia à Presidência da Comissão, encerrando o seu pronunciamento com a célebre frase de Gabriel de La Barca: **" Ao Rei dá-se tudo, menos a honra".** O deputado Martins Rodrigues gritou: **"De pé, senhores, para aplaudirmos um homem".**

Foi um delírio na Comissão.

A decisão tomada deixava os parlamentares no seguinte dilema: desmoralização pública, se concedessem a licença ou a resistência sujeita ao recrudescimento das punições. A decisão foi sendo protelada no aguardo do recesso parlamentar que iria do início de dezembro até março. Naquele sistema de forças então vigente esperava-se que os ânimos estivessem mais frios e mais fácil seria a negociação que contaria três meses para tanto.

Nada, porém aplacava o ímpeto do Ministro da Justiça e de alguns militares que se sentiam ofendidos e injustiçados pelo discurso de Márcio.

O Governo procedeu a uma convocação extraordinária do Congresso Nacional, com o fim especial de votar a concessão da licença.

Os parlamentares sabiam, quando caminhavam para a votação, que a licença não seria concedida. Estavam, todavia, convencidos de que, uma vez vitoriosa a tese – a defesa da liberdade da Tribuna Parlamentar – o Governo fecharia o Congresso Nacional e desceria sobre ele uma longa noite de trevas, com um regime forte mais explícito sobre o País.

Sob a presidência do deputado José Bonifácio decorreu a dramática sessão. Ele, enfim, proclamou o resultado: 216 votos con-

tra a concessão da licença, 141 a favor e 12 em branco. Era uma afirmação do Legislativo contra as pressões de um Executivo forte e armado.

Proclamado o resultado uma euforia tomou conta do plenário e todos cantaram o Hino Nacional.

Apesar das pressões sofridas para que tomasse uma medida forte contra o Parlamento, o Presidente Costa e Silva somente no dia imediato, 13 de dezembro, após regressar da Escola Naval, onde presidira uma cerimônia, reuniu o Ministério, o Conselho de Segurança Nacional, com a presença do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e o EMFA, que não era então Ministério. A primeira versão do Ato Institucional que iria ser baixado era tão violenta que chegou a ser chamado de *Código de Constantino*.[13]

Às 22 horas o Ministro da Justiça, em rede nacional de rádio e televisão anuncia as *novas medidas* adotadas pelo Governo. Foi lido o Ato Institucional nº. 5.

5 Dos Efeitos do AI 5

O Ato Institucional nº. 5 foi, na realidade, uma verdadeira revolução dentro da Revolução.

Em sua já citada Monografia, Maria Tereza Buaiz pergunta: "O que representou o AI - 5 para os brasileiros?"

E responde com segurança:

> "Representou uma redefinição das alianças feitas em 64. A partir do AI - 5, os militares não mais dividem o poder político. Continuaram governando, aliados aos tecnocratas e aos remanescentes dos setores civis que fizeram 64. A partir daí, o poder se restringe à área militar e à tecnocracia. A escolha dos sucessivos Presidentes da República é feita pelo Colégio Eleitoral que circunscreve aos quartéis a indicação dos candidatos. O AI - 5 veio com uma violência muito maior do que o AI -1, pois não se auto - limitava. Durou 10 anos, até 1978, abrindo margem para novamente

[13] Maria Tereza Buaiz, in: *O Fechamento do Congresso Nacional em 1968*, monografia.

> cassar mandatos, suspender direitos políticos, demitir funcionários, decretar o recesso do Congresso Nacional, Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores em todo o País".

E acrescenta mais aquela pesquisadora em sua monografia:

> "A intervir nos Estados e Município sem limitações, e com interventores nomeados pelo Poder Executivo; suspender garantias constitucionais ou legais referentes à vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos funcionários civis e militares; decretar Estado de Sítio e prorrogá-lo quando necessário; confiscar bens de todos que tenham enriquecido ilegitimamente; baixar Atos Complementares; suspender a liberdade de reunião e associação; censurar correspondência, imprensa, telecomunicações e diversões públicas; suspender a garantia de 'habeas corpus' nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional e a ordem econômica e social, excluindo de qualquer apreciação judicial todo os atos praticados de acordo com o documento assinado naquela sexta-feira, 13 de dezembro de 1968".[14]

No dia imediato, alguns senadores, reunidos no Rio de Janeiro, endereçaram ao Presidente o seguinte telegrama:

> "Na impossibilidade de usar a tribuna parlamentar, os senadores que participam de encontro neste instante realizado no Palácio Monroe hoje, dia 14 de dezembro, vimos manifestar a V. Excia. a nossa discordância da solução adotada pelo Poder Executivo, através do Ato Institucional n. 5. Assim procedemos porque, permanecendo fieis aos princípios democráticos, temos a convicção de que os postulados do Movimento de 31 de Março de 1964, acham-se satisfatoriamente incorporados à Constituição de 24 de janeiro de 1967, não nos parecendo justificável, portanto, um retrocesso político de conseqüências imprevisíveis. Cumprindo o impostergável dever, a nós imposto pela representação popular de que estamos investidos, de as-

[14] Maria Tereza Buaiz, in: op. cit., págs. 18 e 19.

> sinalar as dimensões de responsabilidade assumida com a edição desse Ato, temos a certeza de que somente a prevalência dos valores jurídicos e sociais do Estado de Direito assegura a estabilidade e o desenvolvimento do Brasil, hipótese em que V. Excia. poderá contar com a nossa decidida atuação. Apresentamos a V. Excia., os protestos de elevada consideração. Ass.: Gilberto Marinho, Daniel Krieger, Milton Campos, Carvalho Pinto, Eurico Resende, Manoel Vilaça, Wilson Gonçalves, Aloísio Carvalho Filho, Antônio Carlos Konder Reis, Ney Braga, Mem de Sá, Rui Palmeira, Teotônio Vilela, José Cândido Ferraz, Leandro Maciel, Vitorino Freire, Arnon de Mello, Clodomir Millet, José Guiomar, Waldemar Alcântara e Júlio Leite".[15]

[16]O Poder do Presidente tornara-se tão grande, que Jayme Portella, diz que o mesmo "não se aborreceu com o telegrama" e que recomendara entrasse em entendimentos com o Ministro da Justiça e os Ministros Militares e preparasse um relação dos subversivos, dos corruptos e dos adversários da Revolução "para serem cassados, antes de encerrar o ano".[17]

O episódio Márcio Moreira Alves foi simplesmente um pretexto. Na realidade o Governo já decidira *endurecer.*

Para os parlamentares em Brasília o AI - 5 foi uma verdadeira calamidade.

Em depoimento o senador Daniel Krieger diz, com a franqueza que o caracterizava:

> "Daqueles anos eu não guardo rancor nem qualquer ressentimento. Sou um homem resignado e sempre enfrentei com firmeza a adversidade. O que me doeu foi assistir ao sofrimento dos colegas. Houve quem tivesse de ir vender laranjas na rua por falta de condições de sobrevivência".[18]

---

[15] Jayme Portella de Mello, in: *A Revolução e o Governo Costa e Silva,* Rio: Ed. Guavira, 1979, p. 664.

[16] Francisco Viana, in: *Brasil - Memória Política - Daniel Krieger - Um Liberal na República,* p. 110.

[17] Jayme Portella de Mello, op. cit., pág.664/665.

[18] Francisco Viana, in: *Brasil - Memória Política - Daniel Krieger - Um Liberal na República,* p. 110.

A sustentação ideológica, a partir daí, mudou. Não é mais a ideologia da *Segurança Nacional* a norteadora do regime. Passa-se ao *Milagre Econômico* que vai até 1974 quando a oposição derrota o Governo nas eleições para a renovação do Senado Federal. .

O mais interessante, no episódio da edição do AI - 5 é que, até hoje, não foi publicada, nem consta do arquivo da Câmara dos Deputados, a Ata da Sessão do dia 12 de dezembro de 1968. Paulo Affonso Martins de Oliveira, que por tantos anos foi o Secretário Geral da Mesa da Câmara dos Deputados e, posteriormente, honrou o Tribunal de Contas da União, como Ministro, em depoimento, diz:

> "No episódio do dia 12 e dia 13, como a Imprensa sempre atrasava um pouco na edição, e com o recesso no dia 13, esses Diários não foram impressos. Depois de algum tempo, eu pessoalmente, procurei o Brito Pereira, que era diretor da Imprensa na época, e com quem eu me dava, e pedi a ele de volta as duas Atas, para nós ficarmos com isso no arquivo. Ele me declarou que tinha encaminhado ao Gabinete do Ministro da Justiça que na época tinha como titular Gama e Silva. Me dava com Gama e Silva e, pessoalmente, procurei o Professor e pedi a ele. Ele me disse que ira ver e mais tarde, ele me deu uma resposta dizendo que não tinha sido possível localizar as Atas. E até hoje esse material não foi localizado".[19]

Em certidão firmada por Maria Antônia da Cruz, Chefe da Seção de Documentação Parlamentar, consta:

> "A sessão do dia 11.12.68 foi publicada no Diário do dia 12.12.68; as Sessões dos dias 12 e 13.12.68 não foram publicadas".
>
> Em tempo: embora tenham ocorrido sessões até a tarde do dia 13, só foram publicadas as atas da 11ª. e 12ª. sessões do dia 11, cópia anexa."

As ações, de parte à parte, demonstraram que a situação nacional, em termos políticos, não foi fácil nos dez anos que se se-

[19] Maria Tereza Buaiz, em sua citada Monografia.

guiram ao Ato. Tudo mostrava a necessidade de ser consolidada a ordem democrática.

A partir de 1974 - quando a oposição infligiu derrota ao Governo - nas eleições para a renovação do Senado Federal, de 22 senadores ela conseguiu eleger 16. Começou daí o declínio do *período revolucionário*, que seguirá com a extinção do AI - 5 e terminará com a eleição de Tancredo Neves, que não tomará posse.

As eleições, a partir de então, vêm mostrando a necessidade de ser consolidada a ordem democrática. Com um eleitorado maior do que a de qualquer nação da Europa Ocidental, temos uma dívida (externa e interna) superior a de qualquer país do Terceiro Mundo. Vemos, ademais disso, que a nossa experiência democrática é ainda uma "tenra plantinha" merecedora de grandes cuidados.